

2

Aquém e além do modernismo

2.1

Semeando o novo

“o fator [sic] verdadeiro da Semana de Arte Moderna foi Paulo Prado. E só mesmo uma figura como ele e uma cidade grande mas provinciana como São Paulo, poderiam fazer o movimento modernista e objetivá-lo na Semana”.¹

Para a compreensão de *Retrato do Brasil* torna-se indispensável a consideração do singular discurso nacionalista erigido ao longo de suas páginas. A vontade de incitar o progresso nacional, de superar as mazelas seculares provenientes de uma colonização marcada pelo excesso de vícios e paixões, funciona como centro de convergência de todo o esforço intelectual de Paulo Prado, e como corolário de seu nacionalismo crítico, incisivo e atuante.

Por conta de seu nacionalismo crítico, *Retrato do Brasil* de Paulo Prado mostra-se extremamente representativo do ambiente de renovação política e cultural vivenciado nas duas primeiras décadas do século XX, que teve como marco precípua a Semana de Arte Moderna de 1922. No entanto, inserir o autor na experiência modernista de renovação da cultura e da estética nacional nos obriga a empreender um esforço, no sentido de buscar referências que possam aproximá-lo dos intelectuais e, sobretudo, das idéias nacionalistas contidas em seus discursos e ações. Assim, se podemos considerar correto afirmar que Paulo Prado não comunga de grande parte das idéias e visões expressas pela vanguarda nacional, ao menos podemos percebê-lo como voz atuante e importante dentro do debate modernista.

Dessa forma, com o intuito de inserir Paulo Prado no âmbito das preocupações modernistas de superação do atraso nacional, faz-se necessário

¹ ANDRADE, Mário de. **Aspectos da literatura brasileira**. 6ª ed. São Paulo, Martins, 1978. p. 235.

notar o importante papel que desempenhou não só através de seu ensaio, mas também de sua atuação prática nos antecedentes e na própria articulação da Semana de Arte Moderna. Sua atuação nos bastidores, reunindo intelectuais e conseguindo por meio de sua influência política a utilização do Teatro Municipal de São Paulo, assim como seu apoio financeiro para edição de documentos importantes para o estudo da história nacional, alia-se a sua ação intelectual bastante combativa em defesa dos interesses e da construção de um patrimônio histórico nacional.²

Dentre os poucos autores que inserem o ensaio de Paulo Prado em uma perspectiva modernista ou no bojo do clima de renovação do pensamento brasileiro, podemos destacar o trabalho do crítico literário Wilson Martins. Para este autor, *Retrato do Brasil* não só ocupa um lugar relevante no conjunto das obras produzidas na década de 20, como também figura como uma síntese possível do pensamento modernista transposto para as ciências sociais, representando uma tentativa original, tanto na forma como no conteúdo, de interpretação da formação social brasileira.³ De acordo com essa perspectiva, Paulo Prado deixa de ser encarado como simples mecenas do movimento modernista, mero coadjuvante intelectual que trabalha mais nos bastidores e na estruturação da Semana de Arte Moderna, para ganhar novo vulto histórico e presença intelectual.

No entanto, vale ressaltar que a recorrente e simplista definição de Paulo Prado como homem de negócios, acima de tudo um pragmático, não causa prejuízo ao alcance de seu ensaio, pelo contrário, acaba por envolvê-lo em uma preocupação cívica com as mudanças políticas vislumbradas no período da publicação de *Retrato do Brasil*. Corroborando o argumento, aqui esboçado, que aponta para abrangência e empenho político de sua reflexão dentro de um quadro de renovação do pensamento social brasileiro. Se definir Paulo Prado simplesmente como um pragmático homem de negócios limita o alcance de sua figura e reduz sua complexidade diante das propostas modernistas, compreender essa dimensão utilitária de sua personalidade, aliada às ponderações que

² BRITO, Mário da Silva. **História do modernismo brasileiro**: antecedentes da Semana de arte Moderna. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971.

³ MARTINS, Wilson. **A idéia modernista**. Academia Brasileira de Letras: Ed. Topbooks, 2002. p. 199-200.

desenvolve acerca do caráter nacional, pode agregar um importante elemento para a análise aqui proposta.

O *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, em grande parte pela profunda originalidade e autenticidade de seu pensamento, aproxima-se das grandes contribuições intelectuais provenientes do movimento modernista e, talvez se possa afirmar, foi fundamentalmente importante para as posteriores tentativas de síntese da história nacional. Wilson Martins é bastante incisivo quanto a este argumento, segundo ele: “todo o ensaísmo sociológico ou de história social do Brasil moderno resulta da obra de Paulo Prado, inclusive em certas idéias muito precisas e objetivas”.⁴ De acordo com o crítico, seria possível, por exemplo, perceber a influência do pensamento desenvolvido por Paulo Prado em uma das obras mais relevantes do ensaísmo da década de trinta: *Casa Grande & Senzala*. O crítico confere a *Retrato do Brasil* o papel inspirador da tese central de Gilberto Freyre: aquela que aponta, antes do suposto prejuízo causado pela mestiçagem, o problema maior e mais nocivo da escravidão.⁵ Sem ater-me a essa possível influência ou mesmo à gênese de tal argumento que remonta ao século XIX, o que interessa para a proposta do presente trabalho é, precisamente, perceber a relevância do *Retrato do Brasil* no âmbito do horizonte de preocupações comuns aos chamados autores modernistas, ou seja, tomá-lo como um dos fragmentos intelectuais empenhados na mudança e modernização do país, sendo exemplo indelével de contestação do atraso nacional – caracterização que lhe foi negada por grande parte da crítica literária e da historiografia brasileira.

Assim, para Wilson Martins, além da originalidade e grande valor na esfera de renovação e crítica do pensamento social e estético brasileiro, o ensaio de Paulo Prado foi responsável por uma espécie de fertilização do ambiente intelectual que o sucedeu.⁶ Pensamento semelhante pode ser encontrado nos escritos de Richard M. Morse, posto que, segundo ele, *Retrato do Brasil* de Paulo

⁴ MARTINS, Wilson. **O Modernismo** (1916-1945), V. VI. 3ªed. São Paulo: Editora Cutrix, s.d. p. 181.

⁵ Referindo-se ao trabalho de Karl Friedrich von Martius em *Como se deve escrever a história do Brasil*, Paulo Prado enfatiza o papel do negro na história da formação nacional. Escreve o ensaísta, em seu *Post-Scriptum*: “O negro, entre nós, pode ser considerado sob dois aspectos: como fator étnico, intervindo pelo cruzamento desde os primeiros tempos da Colônia – e como escravo, elemento preponderante na organização social e mental do Brasil”. PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 188.

⁶ MARTINS, Wilson. **A idéia modernista**. Academia Brasileira de Letras: Ed. Topbooks, 2002. p. 200-201.

Prado associava o modernismo aos ensaístas do caráter nacional dos anos 30, mostrando-se representante de um gênero que mesclava a história, a cultura, a filosofia e a psicologia, dando com isso uma importância secundária à economia e à política.⁷ Dessa forma, através de seu ensaio, Paulo Prado pode ser considerado como um precursor dos ensaios da década de 30, ensaios já consolidados pela crítica literária e historiográfica como uma espécie de chave para o entendimento do Brasil, segundo o clássico prefácio de Antônio Candido.⁸

Ainda que o esforço de compreender o pensamento de Paulo Prado a partir de uma perspectiva modernista não seja uma tarefa simples, apesar de sua síntese autêntica e seminal para o pensamento social brasileiro, acredito que possamos encontrar um importante suporte no texto *A Estética do Modernismo do Ponto de vista da História da Cultura*, publicado por José Guilherme Merquior em 1971. Neste trabalho, Merquior propõe uma interessante reflexão sobre os limites e contradições do modernismo, tal como são manifestadas nas diferentes correntes inseridas no conjunto maior chamado Movimento Modernista. O latente antagonismo de idéias e da própria estética modernista, dentre os diferentes grupos que compõem o elenco de autores relacionados a esse ambiente de renovação e ruptura, autoriza-nos a perceber o quão larga pode ser a definição do modernismo brasileiro.⁹ Talvez a definição só possa ser alcançada através da negativa, tal como propôs Aníbal Machado: “Nós não sabemos precisamente o que queremos, mas sabemos muito bem o que não queremos”.¹⁰ Também contestando uma fictícia unidade ou homogeneidade no interior do pensamento modernista, Sérgio Buarque de Holanda finaliza seu artigo *Depois da “Semana”*, afirmando: “Nos seus caminhos e descaminhos, os modernistas procuraram, bem ou mal, e cada um a seu modo, terrenos mais largos, onde seu esforço se revelou afinal atuante nos mais variados setores da vida brasileira. E é essa uma circunstância que hoje se inscreve claramente no seu ativo”.¹¹ É justamente

⁷ MORSE, Richard M. Apontamentos para uma nova ideologia. In: **A volta de McLuhanáima**: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 183.

⁸ CANDIDO, Antonio. O significado de “Raízes do Brasil”. In: **Raízes do Brasil**. 26. ed.; São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁹ MERQUIOR, José Guilherme. A Estética do Modernismo do Ponto de vista da História da Cultura. In: **Formalismo & Tradição Moderna**: O problema da arte na crise da cultura. Rio de Janeiro, Forense-Universitária; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974. p. 78-79.

¹⁰ JÚNIOR, Peregrino. **O Movimento Modernista**. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Documentação. 1952. p. 30.

¹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. Depois da “Semana”, In: **Tentativas de Mitologia**. Editora Perspectiva, 1979. p. 279.

amparado na pluralidade, polifonia e numa atuação multifacetada no interior do movimento modernista que proponho uma perspectiva sobre *Retrato do Brasil* que privilegia, sobretudo, seu caráter inovador e crítico. A atuação discreta e comedida de Paulo Prado, avessa às grandes polêmicas modernistas, talvez o tenha ofuscado para uma parte significativa da crítica literária e historiográfica como nome de referência na reflexão engajada no projeto de modernização nacional.

Recorrendo a um texto fulcral para a análise do movimento modernista, ou melhor, para uma visão reveladora da auto-imagem criada pelos próprios modernistas, é interessante utilizar a conferência “O Movimento Modernista”, proferida por Mário de Andrade em 1942. Segundo o olhar do autor de *Macunaíma* e um dos grandes ícones do modernismo, para que uma obra possa ser reconhecida como modernista, ou seja, inserida naquele ambiente de renovação, é necessária a fusão de três características fundamentais, a saber: “o direito à pesquisa estética” a “atualização da inteligência artística brasileira” e a “estabilização de uma consciência criadora nacional”.¹² No entanto, é necessário certo cuidado para não exagerar a relevância dessas características ou mesmo atribuir-lhes pesos iguais ao longo de toda reflexão modernista, inclusive no próprio pensamento de Mário de Andrade. Refutar a auto-imagem do modernismo construída por Mário de Andrade mostra-se um passo importante para compreender o alcance e as limitações de sua geração.¹³

Ao distanciar-se da auto-imagem do modernismo proposta por Mário de Andrade, pretendo evitar a utilização de sua tríade – experimentação estética, atualização e criação nacional – de forma a-crítica. Considera-se aqui, sobretudo, que ao longo da década de vinte essas características assumiram posições diferentes em um quadro de preocupações imediatas, de modo que sua fusão não se mostrou tarefa cômoda para os modernistas. Dessa maneira, parece possível indicar com certa tranqüilidade a existência de duas fases distintas no seio da

¹² ANDRADE, Mário de. **Aspectos da literatura brasileira**. 6ª ed. São Paulo, Martins, 1978. p. 242.

¹³ Para uma análise mais densa e nuançada sobre a trajetória de Mário de Andrade e, especialmente, de sua angustiada relação com a proposta de elaboração de um balanço sobre a geração modernista, através da conferência de 1942 “O Movimento Modernista”, ver: JARDIM, Eduardo. **A Brasilidade modernista: sua dimensão filosófica**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978; e do mesmo autor: **Mário de Andrade: a morte do poeta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

primeira geração modernista, sendo elas definidas por conta das preocupações centrais expressas na produção intelectual do período. A primeira, iniciada em 1917 com a exposição vanguardista de Anita Malfatti e que perdura até 1924, é caracterizada por uma crítica avassaladora contra o passadismo e a favor da necessidade de experimentação estética. No segundo momento, iniciado com a publicação do *Manifesto da Poesia Pau-brasil* de Oswald de Andrade, no ano de 1924, e que se estende até fins da década de 20, a preocupação central dos modernistas passa a ser a elaboração de uma cultura com as cores nacionais, posto que neste período a questão da brasilidade entra em pauta com maior vigor e intensidade.¹⁴ Ou seja, a experimentação estética, que se apresentava como questão mais relevante no primeiro momento do movimento modernista da década de 20, dá lugar ao problema da atualização e, posteriormente, estabilização da criação nacional. Dessa maneira, a construção ou percepção de uma essência nacional passa a figurar como o cerne da reflexão modernista.¹⁵

Para compreender *Retrato do Brasil* através de seu latente nacionalismo, privilegiaremos como cenário político-intelectual, sobretudo, a segunda fase da primeira geração modernista dos derradeiros anos da década de 20. Assim, as questões estéticas aventadas por conta da necessidade de renovação da poesia nacional tornam-se secundárias para a análise do ensaio de Paulo Prado. Sua preocupação estética – como pretendo enfatizar ao longo do texto – está subordinada à expressão de seu nacionalismo crítico. Sua prosa apenas se manifesta a respeito da questão estética como estratégia de afirmação dos valores nacionais. Desse modo, no prefácio do *Manifesto da Poesia Pau-brasil* de Oswald de Andrade, marco inaugural da inflexão modernista – experimentação estética e atualização nacional –, como também do ataque ao passadismo para a construção de uma cultura autenticamente brasileira, Paulo Prado já expressava sua preocupação central com a busca de um caráter nacional, com a expressão da cor local: “A mais bela inspiração, e a mais fecunda, encontra a poesia “pau-brasil” na

¹⁴ JARDIM, Eduardo. **A Brasilidade modernista**: sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

¹⁵ Para uma análise da conjuntura de transição na qual se inserem as idéias modernistas, ver: BRITO, Mário da Silva. **História do modernismo brasileiro**: antecedentes da Semana de arte Moderna. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971; CASTRO, Sílvio. **Teoria e política do modernismo brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1979; JÚNIOR, Peregrino. **O Movimento Modernista**. Ministério da educação e Cultura. Serviço de Documentação. 1952. LAFETÁ, João Luiz Machado. **1930: a crítica e o modernismo**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

afirmação desse nacionalismo que deve romper com os laços que nos amarram desde o nascimento à velha Europa, decadente e esgotada”.¹⁶

A idéia de superação do atraso, representado principalmente pela dependência cultural e econômica em relação a uma Europa decrépita e decadente, delineava-se no pensamento de Paulo Prado, aproximando-o incontestavelmente das vozes modernistas que partilhavam da mesma preocupação. O estribilho modernista da superação do atraso será repetido à exaustão em todas as manifestações intelectuais de Paulo Prado, unindo com freqüência tal desejo com a descoberta interior e sentimental dos traços marcantes da brasilidade. A vontade de ultrapassar o passado representa importante ponto de contato do modernismo com as vanguardas européias, mais especificamente com o futurismo de Marinetti, posto que “o manifesto inaugural futurista é de clara contestação ao tempo passado, à cultura tradicional, ao mundo antigo. A esses opõe o mundo moderno, da velocidade e das máquinas. Mundo de um novo homem, audacioso, violento e individualista”.¹⁷ No entanto, além da crítica ao incômodo atraso nacional, a noção de que o Brasil precisava ser brasileiro o quanto antes, moldava grande parte da produção intelectual de meados da década de 20; donde se pode concluir que a própria construção da identidade nacional relacionava-se de forma imediata com a modernização nacional. Dessa maneira, a questão literária expandia-se em direção à política, assim como a política motivava a literatura. Essa interseção entre política e literatura podendo também representar uma particularidade dos turbulentos anos vinte, sendo quase impossível discernir entre uma manifestação e outra, pois ambas uniam-se para a construção ou percepção de uma autêntica identidade nacional. Politizava-se a arte para combater a estetização da política.¹⁸ Assim, o ataque ao arcaísmo da nação direcionava-se tanto aos literatos adeptos do passadismo, encarnados, sobretudo, na produção poética parnasiana, como também aos políticos mantenedores do atraso econômico e defensores de um liberalismo retórico e vazio.

É de suma importância, todavia, diferenciar a crítica ao passadismo, desenvolvida com bastante firmeza pela geração modernista influenciada pelo

¹⁶ PRADO, Paulo. Poesia Pau-Brasil. In: PRADO, Paulo. **Paulística etc.** 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 312.

¹⁷ CASTRO, Sílvio. **Teoria e política do modernismo brasileiro.** Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1979.

¹⁸ Idem. p. 123.

futurismo italiano, de uma crítica direcionada ao passado. Passadismo não representa um simples sinônimo de passado, mas sim a insistência de um passado que quer se manter presente, que resiste e repele de forma anacrônica o surgimento do novo, do contemporâneo. É esse o foco precípua da crítica modernista. No entanto, o passado revestido em tradição representa uma importante base de apoio ao desenvolvimento da brasilidade. O modernismo, através do uso constante de fragmentos alegóricos do passado, inspira-se para a construção de sua crítica. O passado é re-construindo, re-qualificado e re-disposto com intuito de atualizá-lo, retirando com isso a carga nociva e tradicional na qual se manifesta. Seja no primitivismo antropofágico de Oswald de Andrade, no indianismo pacífico do grupo de Plínio Salgado, ou mesmo no retorno aos clássicos, proposto por Tristão de Ataíde, a tradição sempre figura como referência importante e inevitável para construção ou percepção do caráter nacional. Neste caso, “diferentemente do que ocorre em outros modernismos, onde a idéia de revolução ou de descrédito do passado se situa no centro das indagações, no caso brasileiro a modernização vem caracterizada como atualização, onde não está afastado o compromisso com a tradição”.¹⁹

As diferentes formas de se lidar com a tradição, ora nocivas ora não de todo descartáveis, demonstram riqueza e complexidade de percepções no interior da intelectualidade brasileira engajada no projeto de modernização nacional. Assim, como forma de reconstruir uma peça ou um fragmento do ambiente cultural de renovação e contestação do modernismo, talvez seja interessante situar o diálogo intelectual de Paulo Prado com Mário de Andrade. Amigos pessoais e intelectuais engajados na renovação, Paulo Prado e Mário de Andrade possuíam olhares semelhantes sobre a formação nacional brasileira, porém divergiam quanto ao valor da herança cultural advinda do passado. Para identificar tal divergência, utilizo o artigo *Cordialidade e Identidade Nacional em Mário de Andrade e Paulo Prado*, de Ricardo Benzaquen de Araújo, onde se efetua uma importante comparação entre as manifestações da identidade nacional em *Ensaio Sobre a Música Brasileira*, de Mário de Andrade e *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, ambos publicados em 1928.

¹⁹ JARDIM, Eduardo. **Modernismo Revisitado**. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol.1, n. 2, 1988. p.220-238.

Analisando a música nacional, Mário de Andrade percebe a manifestação da identidade nacional através de um conjunto de sentimentos e emoções, representando assim, “um esforço em reduzir a cultura nacional a valores sediados fundamentalmente no coração, mas conferindo à cordialidade aí presente um sentido eminentemente convencional, corriqueiro mesmo, na medida inclusive em que ela termina por se confundir com um ideal de delicadeza e de bons sentimentos”.²⁰ *Doçura molenga, sexualidade peguenta, o choro de amor*, essas características vislumbradas por Mário de Andrade na figura do brasileiro, que a princípio podem ser consideradas nocivas por representarem expressões do coração e do sentimento nacional, não devem ser de todo abandonadas em um projeto de percepção ou construção da brasilidade, visto que “os nossos defeitos por enquanto são maiores que as nossas qualidades. Estou convencido que o brasileiro é uma raça admirável. Povo de imaginação fértil, inteligência razoável; de muita suavidade e permanência no sentimento; povo alegre no geral, amulegado pela malinconia tropical; gente boa humana, gente do quarto-de-hóspede, gente acessível”.²¹

Ao passo que, para Paulo Prado, esse sentimento característico da identidade nacional manifesta-se de forma hiperbólica: a paixão nacional é arrebatadora e contrária a construções políticas e sociais estáveis. À moderação dos sentimentos em Mário de Andrade, Paulo Prado contrapõe o excesso advindo da luxúria e da cobiça. Sendo justamente as paixões descontroladas e sem peias dos colonos as responsáveis pela ausência de criações sólidas no Brasil; a instabilidade caracteriza essa experiência de todo entregue às paixões; a partir delas explica-se o atraso nacional ou a incapacidade atávica para o progresso. Ou seja, enquanto Mário de Andrade lida com a cordialidade através de uma expressão de delicadeza e moderação, Paulo Prado a reconhece como manifestação da violência dos sentimentos.²² Apesar de os sentimentos manifestarem-se de formas diversas, são, no entanto, expressões da nacionalidade

²⁰ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Cordialidade e Identidade nacional em Mário de Andrade e Paulo Prado. Fundação Joaquim Nabuco, 1999. P. 05. In: DINIZ, Júlio César. **Diálogos ibero-americanos**. Edições Galo Branco: Rio de Janeiro, 2005.

²¹ ANDRADE, Mário de. Ensaio sobre a Música Brasileira. São Paulo, s/e. Apud: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Cordialidade e Identidade nacional em Mário de Andrade e Paulo Prado**. Fundação Joaquim Nabuco, 1999. P. 05.

²² ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Cordialidade e Identidade nacional em Mário de Andrade e Paulo Prado. Fundação Joaquim Nabuco, 1999. p. 06-09. In: DINIZ, Júlio César. **Diálogos ibero-americanos**. Edições Galo Branco: Rio de Janeiro, 2005.

brasileira: o sentimento aflorado que predomina em todas as relações sociais. Os valores sediados no coração figuram como ponto de convergência ou amalgama inevitável para a formação social brasileira. Alguns anos mais tarde essa leitura sobre uma espécie de psicologia nacional, centrada na análise da cordialidade, seria consolidada através do ensaio de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*.

Sérgio Buarque acaba reunindo na figura do homem cordial as características positivas e negativas da cordialidade brasileira, apontadas respectivamente por Mário de Andrade e Paulo Prado. Enfatizando, sobretudo, a dificuldade de construir racionalmente um Estado por conta da força desse traço nacional. Adverte-nos Sérgio Buarque: “O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda, menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX”.²³

O reconhecimento da cordialidade do brasileiro, mesmo que em versões diferentes, parece ser capaz de aproximar Paulo Prado e Mário de Andrade. Vale lembrar ainda que, além de dedicar *Macunaíma* a Paulo Prado, Mário de Andrade reconhece em *Retrato do Brasil* uma espécie de desenvolvimento histórico de seu romance. *Retrato do Brasil* e *Macunaíma* enfatizam, sobretudo, a ausência de caráter, disciplina, regras morais elevadas e a entrega à luxúria e cobiça. São livros que se complementam em muitos aspectos, indicando uma forte consonância nas reflexões e visões de Paulo Prado e Mário de Andrade.²⁴

Retomando o argumento inicial, aquele que expõe o engajamento de Paulo Prado com as idéias de renovação e sua profícua e constante relação com os principais nomes do modernismo, pode-se afirmar que é precisamente durante a segunda fase das preocupações modernistas – que preenche os anos entre 1924 e 1929 – que ganha vulto a idéia de que o ingresso do Brasil no circuito das grandes

²³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p 153.

²⁴ Para uma análise da relevância de Paulo Prado para o movimento modernista, ver: ANDRADE, Mário de. **Aspectos da literatura brasileira**. 6ª ed. São Paulo, Martins, 1978 e BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **Tietê, Tejo e Sena: A obra de Paulo Prado**. Campinas – São Paulo: Papirus, 2000.

nações seria, necessariamente, derivado de um olhar pra si mesmo. O Brasil, do ponto de vista artístico e literário, precisava encontrar o que o singulariza diante das outras nações para poder contribuir com sua especificidade para o universal. Consolida-se a idéia de que a descoberta do caráter nacional possibilitaria a entrada do país no âmbito das grandes nações civilizadas. É necessário, nesta busca pela especificidade nacional, mergulhar em fragmentos da tradição nacional onde se possa vislumbrar a manifestação da cultura popular, ou seja, em reminiscências de um passado já distante, mas que, porém, ainda é capaz de despertar um autêntico sentimento de brasilidade, uma espécie de elo ou essência perdida com a ação colonizadora portuguesa. A nação deve integrar-se ao universal com o que ela guarda de particular, só dessa maneira pode-se atingir a maturidade literária, ou mesmo a modernização política que se amplie em outras manifestações sociais.

É precisamente no diálogo com esse conjunto de idéias que devemos compreender o significado da incursão histórica de Paulo Prado através de seu *Retrato do Brasil*. A vontade de romper com o passadismo que estorva o progresso nacional, aliada a uma re-leitura da tradição e da formação histórica nacional, são características manifestadas em seu ensaio, sobretudo, em decorrência de sua aproximação com a crítica avassaladora desenvolvida pelo modernismo. O desejo de modernização de Paulo Prado acabou por engendrar um nacionalismo atuante e engajado, tipicamente modernista. Apesar de sua discreta atuação, enquanto protagonista de polêmicas e figura de proa da jovem geração modernista, a firmeza de sua crítica e inquietação diante do atraso nacional o caracteriza como um vigoroso e atuante personagem modernista.

No entanto, o que salta aos olhos é como Paulo Prado constrói seu argumento de maneira peculiar, de certo modo estranho à estratégia modernista. Sua trajetória de vida talvez dificulte a percepção de seu engajamento com a vontade de ruptura e renovação do modernismo, visto que sua diletante inspiração histórica e sua formação intelectual, ao contrário das manifestações poéticas modernistas, remontam, sobretudo, a um conjunto de reflexões desenvolvidas pela geração que o precedeu.

2.2

Uma escrita em palimpsesto

Sem restringir seu caráter inovador, é importante sublinhar que a reflexão de Paulo Prado está intimamente ligada à geração de intelectuais que lhe é anterior. Mostra-se de grande valia ressaltar que Paulo Prado representou temporal e psicologicamente um homem de fronteira, dividido entre tradição e renovação. “Em 1889, Paulo Prado formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo (...). Tendo vinte anos na ocasião, Paulo Prado por isso não pertenceu a uma geração digna de grande nota, era tarde de mais para que fosse romântico e cedo demais para que fosse modernista. Ao mesmo tempo, pouco se identificará com as opções literárias em curso”.²⁵ Dessa maneira, a influência da geração de 1870 e do Modernismo representam uma das características mais importantes de sua vida: homem de pensamento crepuscular, um elo entre dois momentos da vida literária nacional, dividido entre o século XIX e o século XX, assim atua Paulo Prado.

A tensão entre tradição e modernização apresenta-se como importante chave para se compreender o pensamento de Paulo Prado. No entanto, antes de continuar a argumentação, julga-se imprescindível sublinhar um necessário distanciamento da interpretação feita por Carlos Eduardo Berriel referente às influências intelectuais herdadas por Paulo Prado. Ao analisar uma suposta influência conservadora, herdada da geração de intelectuais brasileiros e portugueses – que continha nomes como o de Oliveira Martins, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Joaquim Nabuco e Rodolfo Dantas –, que remonta ao fim do século XIX, o autor parece, em *Tietê, Tejo e Sena: a obra de Paulo Prado*, compreender a produção intelectual de Paulo Prado como extensão do pensamento daqueles intelectuais, o que acaba estorvando a percepção da originalidade da síntese do ensaísta e, conseqüentemente, dando importância secundária à construção autêntica de seu *Retrato do Brasil*. Guarda-se pouco espaço para vislumbrar o caráter da reflexão proposta por Paulo Prado que, se não completamente inovador, ao menos é singular quanto à síntese e à organização

²⁵ BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **Tietê, Tejo e Sena: A obra de Paulo Prado**. Campinas – São Paulo: Papirus, 2000. p. 28. Ver também: LEVI, Darrell Erville. **A família Prado**. Cultura 70 – Livraria e Editora S/A, 1977. p. 231-242.

das idéias. A impressão que se tem, após a leitura do trabalho de Carlos Eduardo Berriel, é a de que a conjuntura acaba por eclipsar o “gênio” - uma capacidade individual de leitura histórica no que se refere ao pensamento social brasileiro. Neste ponto, é preciso esclarecer que a conjuntura não deve em momento algum transformar a originalidade e autenticidade de Paulo Prado em algo passível de ser historicamente reconstituída através apenas de suas influências intelectuais. Seria exercício ocioso e equivocado compreender a feitura de *Retrato do Brasil*, assim como de toda obra historiográfica, como um mosaico arbitrário de referências múltiplas retiradas da tradição que o precedeu, como uma espécie de epílogo de uma geração. Sua escrita assemelha-se a um palimpsesto, onde seria impossível traçar novas linhas ignorando, conscientemente ou não, as letras do passado. Ou seja, vozes, lembranças e textos do passado são superpostos por novos esboços, idéias e noções, ou mesmo por sínteses que resultam em um novo legado. O exercício histórico pressupõe um diálogo inevitável com a tradição literária que o precedeu. Assim, vale ressaltar que este trabalho objetiva estabelecer um certo equilíbrio entre conjuntura e “gênio”, entre a inserção do autor em determinado ambiente político e cultural e a possibilidade individual de selecionar e apropriar-se de forma criativa das influências garantidas pela experiência de vida. Em outras palavras, a história intelectual não deve ser engolfada por um olhar demasiadamente sociológico para compreensão de *Retrato do Brasil*.

Assim sendo, a inserção de Paulo Prado em um círculo intelectual formado por supostos conservadores, bem como sua origem de classe – família tradicional de São Paulo –, não devem ser encaradas como comprovação inapelável de um pensamento tradicional. Essa leitura de ênfase sociológica sobre a obra de Paulo Prado não seria capaz de explicar a sua importância na Semana de Arte Moderna e, conseqüentemente no impulso nacional renovador político e literário do país. Dessa forma, o que pretendo, sobretudo, é refutar uma tentativa externa e em alguns casos arbitrária de compreensão do pensamento e da obra de Paulo Prado. A autonomia do seu pensamento, para além de interesses de classe e familiares, pode ser percebida em sua análise política, que é extremamente “crítica dos vários setores dos quais ele era um membro. Em parte, ele se viu apto a dotar esta instância porque sua visão política transcendia as meras maquinações de gabinete:

incluíam aquilo que foi referido por ele, na introdução a Poesia Pau Brasil (...), como a “deformação da realidade de que ainda não nos libertamos”²⁶.

É essa crítica, que transcende os interesses de classe e deliberações de gabinete, que permite avançar sobre o problema da articulação possível entre nacionalismo e modernismo, entre tradição e inovação, ou mesmo, entre ruptura e continuidade. Através da tentativa de fusão desses opostos, pretende-se neste trabalho enfatizar o caráter de fronteira que permeia o pensamento de Paulo Prado. Vejamos as palavras de José Guilherme Merquior sobre a manifestação no modernismo da tensão aqui preconizada:

“A subordinação, no modernismo, da vontade experimentalista ao nacionalismo traduz o primado de um resíduo ideológico pré-modernista. Contudo, por maior que haja sido, na literatura modernista a sujeição do experimentalismo ao “desideratum” nacionalista, é impossível negar a sua natureza de arte moderna”²⁷.

Desse modo, o nacionalismo expresso por Paulo Prado, no decorrer de sua breve, porém, incisiva obra, não seria o bastante para configurá-lo como exemplo do esforço de retomada de um pensamento conservador que se apóia na defesa das tradições. Sua contribuição não se assenta sobre uma idealização do passado, ou mesmo em um elogio irrestrito às tradições, mas sim em um esforço de crítica ao passado colonial brasileiro. *Retrato do Brasil* traça um quadro extremamente crítico sobre a formação nacional, apontando não só o caótico e febril ambiente característico dos primeiros séculos da história brasileira, como também todas as permanências que impossibilitam um desenvolvimento político, cultural e, sobretudo, espiritual do Brasil. O nacionalismo crítico presente nesse ensaio figura antes como uma vontade de superação do que como apanágio à tradição, ou expressão de um pensamento conservador. Ele é re-significado pelo contato estabelecido com os jovens modernistas, ganhando outra abrangência e dimensão. Nesse sentido, a paixão de Paulo Prado pela história nacional funcionará como ponto de partida para a crítica de cunho político, desenvolvida ao longo da década

²⁶ LEVI, Darrell Erville. **A família Prado**. Cultura 70 – Livraria e Editora S/A, 1977. p. 235.

²⁷ MERQUIOR, José Guilherme. A Estética do Modernismo do Ponto de vista da História da Cultura. In: **Formalismo & Tradição Moderna: O problema da arte na crise da cultura**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974. p. 80.

de 20. Deste modo, é preciso recorrer mais uma vez ao ensaio de José Guilherme Merquior:

“(...) o nacionalismo modernista, assim como nada tinha de necessariamente tradicionalista (sendo o tradicionalismo nacionalista antes produto do pseudomodernismo e até do antimodernismo), tampouco era ufanista. Não era ufanista, por ser nacionalismo crítico; por preferir a qualquer exaltação leviana e conformista da realidade nacional aquela sóbria “confiança no futuro que não pode ser pior do que o passado” que termina o retrato do Brasil (1928) de Paulo Prado. Graças ao nacionalismo crítico do modernismo de vanguarda, descrença no Brasil e ufanismo puderam ser identificados com o que de fato são: verso e reverso de uma mesma inobjetividade, de uma maneira anacronicamente passional e pouco lúcida de pensar o Brasil.”²⁸

O pensamento crítico desenvolvido por Paulo Prado insere-se em uma perspectiva modernista de atualização da inteligência nacional, tornando patente que sua própria experimentação estética, ou seja, sua opção por um ensaio de cunho psicológico sobre nossa formação está submetida a esse objetivo maior que é a necessidade de expressar uma experiência americana e, mais especificamente, brasileira. Tanto o ufanismo a-crítico proveniente das idealizações do passado, quanto a total descrença no Brasil, são combatidos através de um olhar sóbrio lançado sobre a história da formação nacional.

Assim, retomemos o cerne da questão aqui proposta: a tensão entre tradição e renovação, ou melhor, a ambigüidade que emerge de uma tentativa de valorização do passado como forma de empreender a modernização nacional. O passado como referência para a modernização figura como uma tensão tipicamente modernista. Afirma Oswald de Andrade: “E não se pense que há incoerência nas minhas expressões, porque sou modernista. Sou-o sobretudo, por ser brasileiro. Quero por isso, a formação de uma arte nacional, que se há de extrair, sem dúvida, da obra dos antepassados.”²⁹ De forma similar também opera Paulo Prado, buscando no passado lições que possam engendrar a renovação nacional, sua (in)coerência ou ambigüidade filia-se a uma certa inquietação

²⁸ Idem, p. 100.

²⁹ Joaquim Inojosa. O movimento modernista em Pernambuco. Rio de Janeiro, Tupy, 1968. Pg. 142. Apud: JARDIM, Eduardo. **Modernismo Revisitado**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.1, n. 2, 1988. p.220-238.

modernista. Essa experiência de valorizar fragmentos do passado, seja em alegorias poéticas, em personagens romanescos que o personifiquem ou em ensaios propriamente históricos, parece ser compartilhada por toda a geração modernista.

Considera-se ponto passível que a necessidade ou vontade de intervenção demonstrada por Paulo Prado, como também pela geração modernista, deriva de um momento de re-descoberta do Brasil. Diz respeito, sobretudo, a um olhar ansioso, curioso e investigativo sobre os problemas nacionais, que emerge com a chamada geração de 1870 e desenvolve-se com maior impacto e visibilidade na intelectualidade nacional durante os anos 20. Pode-se dizer, com certa segurança, que o diagnóstico do atraso brasileiro, realizado pelos intelectuais do final do Império, funcionou como ponto de partida não só para o *Retrato* de Paulo Prado como também para toda a reflexão concebida pelos modernistas de 20 e por aqueles que os sucederam. A tentativa de cura dos males nacionais, proposta pelos modernistas, é conseqüência de um esforço de diagnóstico realizado décadas antes pela geração de fins do Império.³⁰ Dessa maneira, mostra-se de extrema valia restabelecer minimamente os fios por onde Paulo Prado pôde costurar essa relação de diálogo intelectual com a geração que o precedeu.

Paulo Prado nasce em 1869, tendo como conjuntura nacional um Império em crise. Coursou direito na Academia do Largo do São Francisco e formou-se em 1889, na que seria a última turma do Império. Em 1890 faz sua primeira viagem a Europa e passa a residir em Paris, no apartamento de seu tio Eduardo Prado.³¹ Neste momento, inicia um interessante e proveitoso relacionamento com uma geração de intelectuais portugueses e brasileiros que remontam a fins do século XIX e que se reuniam assiduamente no apartamento de Eduardo Prado. Monarquistas exilados e intelectuais a passeio encontravam-se para discutir com

³⁰ Sobre a conexão do diagnóstico dos problemas brasileiros realizado pela geração de 1870 e as soluções ensaiadas pela geração modernista, sigo a profícua sugestão do professor Antonio Edmilson Martins Rodrigues.

³¹ Eduardo Prado (1860-1901) foi membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Mostrou-se um intelectual com significativa participação política em fins do Império, além de questões políticas, versava em seus artigos temas de crítica literária e histórica. Reuniu e publicou grande parte desses artigos, no entanto, seu trabalho de maior valor intelectual talvez tenha sido *A Ilusão Americana*, de 1985. Sobre a influência que Eduardo Prado exerceu sobre seu sobrinho, Paulo Prado, principalmente no que diz respeito aos estudos históricos, ver: LEVI, Darrell Erville. **A família Prado**. Cultura 70 – Livraria e Editora S/A, 1977; e BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **Tietê, Tejo e Sena: A obra de Paulo Prado**. Campinas – São Paulo: Papirus, 2000.

afinco e interesse as últimas notícias vindas do Brasil, contrapondo imagens e referências européias com a experiência da crise Imperial e posteriormente da jovem república brasileira. O apartamento de Paris transformou-se em um pequeno Brasil em solo europeu, lugar privilegiado de discussão dos problemas relacionados à pátria problemática e distante.³² Sobre esse ambiente, descreve-nos Darrell E. Levi:

“Em seu apartamento, na rua Rivoli, 119, no barulhento centro da cidade, cercou-se com as maravilhas da tecnologia do século XIX, o telefone, a máquina de escrever, o fonógrafo, sendo servido por um mordomo inglês que dizia haver trabalhado para Charles Darwin. Eduardo montou uma esplêndida biblioteca, que se tornou um centro de pesquisas de colegas brasileiros, tais como o Barão de Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Junior, que logo surgiria como um gigante da diplomacia brasileira. Foi em Paris que floresceu a mais famosa amizade de Eduardo, com Eça de Queiroz. Seu círculo intelectual também incluía amigos portugueses, como Oliveira Martins e Ramalho Ortigão, e franceses, como o economista-historiador Emile Lavasseur, o anarquista e geógrafo Elisée Reclus e Joseph Frederick Sant’Anna Nery”.³³

Foi justamente como interlocutor deste grupo – que incluía ainda Joaquim Nabuco, Graça Aranha, José Veríssimo, Domício da Gama e Olavo Bilac – que Paulo Prado iniciou-se nos assuntos que dizem respeito à formação histórica brasileira. “Em 1892, Eça de Queiroz escrevia de Paris sobre ‘o gentil Paulo, que

³² Carlos Eduardo Ornelas Berriel aponta, em *Tietê, Tejo e Sena: a obra de Paulo Prado*, para a formação de um grupo composto por relevantes intelectuais brasileiros e portugueses, chegando mesmo a reconhecer a existência de um grupo, nomeando-o como Grupo de Paris. Assim, como forma de comprovar a existência de tal grupo Berriel cita Álvaro Lins, em sua biografia do Barão de Rio Branco: “Como sucede, em geral, “aqueles que residem no estrangeiro – os principais amigos de Rio-Branco não eram europeus, mas brasileiros. Brasileiros e portugueses. Com alguns desses amigos quase só se comunica por correspondência, em tantos anos de separação: Gusmão Lobo, Capistrano de Abreu e o Visconde de mm; com outros se encontra às vezes em Londres, sobretudo em Paris: Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Rodolfo Dantas, Oliveira Lima, Domício da Gama, Sousa Correia, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins. São eles os seus companheiros mais próximos (...). Às vezes só conseguiam juntar dois ou três; de outras, o “grupo” ficava quase completo, acrescido ainda de outros viajantes. Ora se reuniam em Neuilly, residência do cônsul de Portugal em Paris; ora em Anteuil; ora na casa de Eduardo Prado, a casa que serviria de modelo para o 202 de *A Cidade e as Serras*. Em 1889, por exemplo, estão quase todos em Paris, atraídos pela Exposição Internacional (...).” E completa Berriel lembrando que este foi justamente o momento que Paulo Prado chega em Paris. BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **Tietê, Tejo e Sena: A obra de Paulo Prado**. Campinas – São Paulo: Papyrus, 2000. p. 31.

³³ LEVI, Darrell Erville. **A família Prado**. Cultura 70 – Livraria e Editora S/A, 1977. p. 223.

vem por cá *trainer son dilettantisme*”³⁴. Um prodígio entre gigantes, essa seria a impressão mais marcante das lembranças de Paulo Prado, no que diz respeito ao contato com os intelectuais de Paris. Dessas reuniões no além-mar surge e eleva-se em Paulo Prado o gosto e o sentimento de pertencimento a sua terra de origem. Através deste contato, supera uma sensação de estranhamento com relação aos problemas nacionais, bastante comum na elite brasileira que estabelecia intercâmbio com o centro da civilização européia. Sobre essa re-descoberta do Brasil, declara Paulo Prado em prefácio para obra sobre Joaquim Nabuco:

“Essa coisa que era, há uns trinta anos, rara na vida de um brasileiro – uma viagem à Europa, e que marcava uma data no seu espírito, era inteligente, ou nas suas aventuras galantes, se pendia para essas preocupações –, essa viagem à Europa foi para muitos o início de uma grande descoberta e o começo de uma grande paixão, a descoberta de seu próprio país e a paixão pelas coisas brasileiras. E a revanche da terra, a que já nos ligam quatrocentos anos de histórias e de lutas”³⁵.

Assim, pode-se atribuir o re-descobrimento intelectual da nação, por parte de Paulo Prado, ao contato que manteve na Europa com uma geração marcada pela preocupação política com os rumos da sociedade brasileira e influenciada por um conjunto de idéias novas usadas para descortinar a realidade nacional. Portanto, talvez se possa dizer que uma espécie de olhar estrangeiro sobre o Brasil foi responsável por aguçar a curiosidade e o prazer de um jovem até então alheio a sua terra natal. Todavia, para se compreender a importância dessa geração, no que diz respeito aos temas nacionais, faz-se necessário perceber não somente sua construção teórico-filosófica, ou seja, sua incorporação de sistemas europeus, seguidos ou não por uma proposta de adaptação, em alguns casos, original para a realidade nacional – positivismo, spencerianismo, darwinismo ou liberalismo –, mas também como esse conjunto de idéias acaba interferindo na realidade nacional, motivando uma crítica à errática formação histórica do país. Dessa maneira, idéias e práticas políticas estão interligadas, não por uma abstrata

³⁴ Idem. p. 231.

³⁵ PRADO, Paulo. Homem perfeito. In: PRADO, Paulo. **Paulística etc.** 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 239.

coerência intelectual, mas sim pela urgência de se reformar ou superar uma instituição caduca e cadavérica: o Segundo Reinado brasileiro.³⁶

A constatação de dependência cultural em relação à Europa acentua-se, quando Paulo Prado, a partir de sua experiência pessoal e citando Joaquim Nabuco, vaticina: “se o nosso sentimento era brasileiro, a imaginação era européia”,³⁷ sugerindo que seria preciso inverter esse quadro de referência, a fim de incutir em suas preocupações imediatas as coisas relativas à pátria. Nesse sentido, ganha importância na formação de Paulo Prado o contato com os intelectuais de Paris. Estes, de acordo com o ensaísta, configuravam um “grupo belíssimo que foi talvez o último depositário da grandeza intelectual do Império”, acrescentando ainda que este grupo “purificava e fortalecia a vida na Europa pela contínua e religiosa preocupação das coisas brasilienses”.³⁸ Pode-se dizer que a grande herança que Paulo Prado recebe desses intelectuais é o gosto e a preocupação pelos problemas nacionais, a re-descoberta de sua própria nação, o surgimento de um sentimento cívico que o acompanhará em toda sua trajetória como intelectual e homem de negócios. Diz-nos o autor de *Paulística*, em prefácio que escreveu para um esboço biográfico de Joaquim Nabuco, realizado por Henrique Coelho: “O culto da pátria ausente conheci-o eu forte e constante nesse grupo de espíritos privilegiados; neles a vida no estrangeiro apurava o patriotismo”.³⁹

Ao reconhecer a influência dessa geração de intelectuais sobre o pensamento de Paulo Prado, mormente no que diz respeito às preocupações

³⁶ “Embora tenha se tornado uma convenção, a divisão da geração 1870 em um grupo de cientificistas pouco atentos às questões nacionais e outro de pensadores politicamente empenhados é um anacronismo. É resultado do arbítrio dos intérpretes, que selecionaram características intelectuais em detrimento das políticas. Os grupos tanto se identificavam por termos doutrinários quanto por posicionamento políticos”. ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 30. Ver também: PAIM, Antonio. **História das idéias filosóficas no Brasil**. Editorial Grijalbo: São Paulo, 1967; SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. A supervalorização dos aspectos políticos na reflexão desenvolvida pela geração de 1870, incentivada, sobretudo, por um sentimento de marginalidade diante das elites e do poder estabelecido parece ser passível de críticas no trabalho de Angela Alonso. No entanto, a relação entre teoria e prática, entre pensamento em ação, mostra-se de grande valia para compreensão da influência dessa geração sobre o pensamento de Paulo Prado.

³⁷ PRADO, Paulo. **Paulística etc.** 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 56.

³⁸ PRADO, Paulo. Homem perfeito. In: PRADO, Paulo. **Paulística etc.** 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 238.

³⁹ Idem. p. 239.

políticas da nação, mostra-se importante compreender que o recurso ao ensaio histórico como estratégia de intervenção deve-se, sobretudo, ao cultivo de uma paixão despertada por Capistrano de Abreu. O próprio Capistrano relata o início dessa paixão, em carta endereçada a João Lúcio de Azevedo de junho de 1918: “Há dois meses, na Avenida Rio Branco, dirigiu-se muito apressado para falar o Paulo Prado. Disse que, obrigado a ficar em casa por um acesso de gota, lera meus *Capítulos* e achara seu caminho de damasco”.⁴⁰ Arrebatado pela síntese histórica de *Capítulos*, Prado inicia uma vasta correspondência com Capistrano, sendo possível perceber o papel de mestre e orientador desempenhado por este, que indicava leituras e documentos a serem pesquisados pelo neófito e diletante historiador.⁴¹

Em carta enviada a Paulo Prado logo após a publicação de *Caminhos do Mar* no Estado de São Paulo, artigo que viria a dar origem a *Paulística*, Capistrano antes de fazer observações ao argumento desenvolvido por Paulo Prado, refere-se ao estilo do texto: “A erudição é de bom quilate. Há apenas uma certa desconexão, que só desaparecerá com o exercício”.⁴² Nas cartas posteriores, esmiuçaria ponto a ponto suas discordâncias ou observações, realizando um visível trabalho de lapidação e orientação histórica e intelectual que não passaria despercebido por Paulo Prado. No prefácio da primeira edição de *Paulística*, seu autor anuncia com nitidez a marcante influência de Capistrano, que se manifesta não somente no despertar da paixão histórica como também no apego ao nacional:

“A mim chegou-me tarde essa revelação, cujo entusiasmo o Mestre [Capistrano de Abreu] soube acordar. Mais moços – éramos assim nesse tempo – só a Europa nos interessava: era a terra prometida dos nossos sonhos. Lembro-me da injustiça que cometi várias vezes ao partir, deixando com indiferença na sombra da tarde a última linha das montanhas do Brasil, já sonhando num alvoreço de namorado

⁴⁰ ABREU, Capistrano. **Correspondência de Capistrano de Abreu**, Volume I. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. p. 101.

⁴¹ Dessa fértil troca de cartas entre Paulo Prado e Capistrano de Abreu, restaram-nos apenas as escritas por Capistrano, as demais se perderam no tempo. Sendo, portanto, somente possível estabelecer uma espécie de monólogo resgatando as indicações bibliográficas e estilísticas do mestre, podendo indiretamente intuir com certa precisão as principais questões discutidas nas correspondências. Vale lembrar que em grande parte das cartas além das questões relativas ao estudo da história nacional, discutem-se as reedições e aquisições de documentos da história nacional.

⁴² ABREU, Capistrano. **Correspondência de Capistrano de Abreu**, Volume I. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. p. 418.

com a paisagem verde-clara das colinas do Tejo – porta amável dos encantamentos do velho mundo. A Europa...”⁴³

A importância de Capistrano para a reflexão histórica de Paulo Prado aparece de forma incontestável na elaboração de *Paulística*. A valorização dos caminhos e de centros autônomos da história nacional é uma marca perceptível da orientação do historiador cearense. O próprio Paulo Prado faz questão de dar-lhe os créditos também no prefácio da primeira edição de *Paulística*:

“Meros ensaios, sem pretensões eruditas, contendo talvez duas ou três idéias aproveitáveis para maior estudo e desenvolvimento. Tudo devem à carinhosa solicitude de Capistrano de Abreu – até o título que os enfeixa. Pela sua mão segura e amiga penetrei a selva escura da história do Brasil, de que é parte tão importante a história de nosso torrão paulista. A ele devo a receita para suavizar a descida da melancólica colina: o interesse pelas coisas brasileiras na sua multiplicidade de Norte a Sul, constante preocupação de uma longa vida de beneditino, silenciosa e fecundante.”⁴⁴

Talvez para além do simples elogio e do despertar de uma paixão histórica, seja importante adentrar pelos argumentos históricos desenvolvidos por Paulo Prado em *Retrato do Brasil* para melhor compreender a presença sempre marcante do mestre. O diletantismo de Paulo Prado, no que se refere ao ofício do historiador e a toda sua metodologia de trabalho, foi sempre amenizado pelos conselhos do mestre. Se em *Paulística* a influência de Capistrano é indisfarçável – inclusive sendo agradecida em forma de prefácio –, em *Retrato do Brasil* as mãos do mestre continuam presentes, inclusive em argumentos fulcrais para a imagem proposta por Paulo Prado: o excesso e espírito anárquico dos colonos funcionam como problemas centrais na reflexão de ambos os autores. Apesar de extrapolar em muito as pretensões desse trabalho, visto que não pretendo cotejar o ensaio de Paulo Prado com a obra de Capistrano de Abreu, acredito ser de suma importância sublinhar o vínculo entre tais autores.⁴⁵ Já houve quem dissesse que *Retrato do*

⁴³ PRADO, Paulo. Prefácio à 1ª edição. In: PRADO, Paulo. **Paulística etc.** 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 56.

⁴⁴ Idem. p. 55.

⁴⁵ O sentimento de inacabamento, presente na escrita histórica de Capistrano de Abreu, parece encontrar forte semelhança com aquela esboçada por Paulo Prado, principalmente no que diz

Brasil foi o livro que Capistrano gostaria de ter escrito, no entanto seu falecimento um pouco antes da publicação impediu que o mestre vislumbrasse o amadurecimento de seu discípulo. Paulo Prado, sem dúvida, sentiu a ausência do elogio e da anuência do mestre.

respeito a sua recorrente imagem das ruínas nacionais. As convergências da reflexão e a própria influência desempenhada por Capistrano na transformação de Paulo Prado de diletante dos estudos históricos em historiador sóbrio e preciso, capaz de uma síntese original e seminal da história nacional, são bastante significativas para serem ignoradas. Para uma análise madura sobre a imagem do inacabamento nacional, recorrente na obra de Capistrano, ver: FELIPPE, Eduardo Ferraz; **Formação e dissolução**: a inacabada história de Capistrano de Abreu. Dissertação (Mestrado em História)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

2.3

A permanência dos vícios

Nesse momento do presente trabalho, o objetivo passa a ser compreender *Retrato do Brasil*, a partir dos argumentos expostos no próprio ensaio, como fruto de uma criação autêntica da inteligência nacional, enxergando no pensamento de Paulo Prado uma tentativa original de definir as características fundamentais da formação histórica brasileira por meio de uma releitura extremamente crítica do passado e da tradição intelectual que lhe é anterior. Já foi dito que a aguda crítica efetuada por Paulo Prado o aproxima de maneira incontestada de uma perspectiva modernista. Dessa maneira, pode-se dizer, aprofundando tal aproximação, que representa um exemplo significativo de “estabilização da inteligência criadora nacional” – característica importante do modernismo brasileiro, de acordo com sua auto-imagem expressa na tríade proposta por Mário de Andrade.⁴⁶

Ocupando-se diretamente da tese exposta em *Retrato do Brasil*, percebe-se que o autor utiliza como centro irradiador de seus argumentos a idéia de plasticidade, uma espécie de característica comum do aventureiro português de fins do século XV e início do XVI. Sendo essa – em princípio – louvável capacidade portuguesa de adaptar-se, de amoldar-se à geografia, clima e culturas diferentes, o ponto de partida da análise efetuada por Paulo Prado em seu ensaio. Tal característica portuguesa de assentar-se, sem grandes traumas, a formas de sociabilidade e paragens diferentes, acaba por se converter na grande responsável pela degradação latente de seu *heroísmo ideal e impaciente ambição*.⁴⁷

Dessa maneira, o português desbravador dos mares, que alargou as fronteiras conhecidas, de espírito aventureiro e audaz, foi traído por sua própria ambição. Paulo Prado inicia seu ensaio retratando a luxúria e a cobiça dos primeiros colonos e caracterizando psicologicamente esse novo tipo de homem que surge na Renascença portuguesa, demonstrando que “a sua história será a própria história da conquista da liberdade consciente do espírito humano”. Ou seja, além de ignorar as fronteiras e perigos marítimos da época, esse aventureiro

⁴⁶ ANDRADE, Mário de. **Aspectos da literatura brasileira**. 6ª ed. São Paulo, Martins, 1978. p. 242.

⁴⁷ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 56-57.

foi responsável por uma espécie de libertação espiritual do Ocidente, por “substituir à Obediência a Vontade individualista. Dissipar as constantes e aterrorizadoras preocupações da Morte e do Inferno – medo de Deus e medo do Diabo – que tanto torturavam os espíritos cristãos”.⁴⁸ O espírito de aventura será, então, o responsável por engendrar uma individualidade específica do português, uma capacidade de fragmentar a vida em sua totalidade, ignorando um todo organizado e sistemático. A valorização do episódico constitui uma antítese diante da linearidade da vida, desvinculando o aventureiro de uma ação constante e homogênea. A ênfase hiperbólica do presente parece marca indelével desse indivíduo, uma forma singular de leitura do estar-no-mundo.⁴⁹

De acordo com Georg Simmel, em seus escritos sobre a aventura, a característica marcante do espírito aventureiro manifesta-se na capacidade de imputar sentido ao acaso da fortuna, em racionalizar o inusitado ou o ininteligível da vida. Os riscos inerentes à imprevisibilidade da vida – que não podem ser completamente domesticados e controlados de forma a tornar a sorte plausível e racionalmente conhecida – dominam a conduta do aventureiro, que se entrega com uma certeza cega ao acaso. Assim, o espírito aventureiro configura um jogar com a própria sorte e riscos, no entanto, não completamente destituído de lógica e sentido, visto que a ausência de sistematização, de acordo com uma visão de mundo que une jogadores e aventureiros, marca um peculiar sistema de vida – um estar-no-mundo orientado por uma fantástica e irreal lógica dos acontecimentos. O aventureiro acaba por transfigurar o acidental exterior em necessidade interior, ou seja, “o aventureiro, em poucas palavras, trata o incalculável da vida de maneira idêntica a como nós nos comportamos com o totalmente calculável”.⁵⁰ Dessa forma, o aventureiro estabelece uma relação estreita com as possibilidades dadas pelo presente. Entrega-se com vigor e audácia à volatilidade e às incertezas impostas pelo vívido hoje. Sua vida se constitui em uma série de fragmentos superpostos que pouco ou nada possuem em comum, uma descontinuidade absoluta, ignorando-se tanto o passado como o futuro; o presente torna-se uma ilha a ser desbravada e explorada.

⁴⁸ Idem. p. 54.

⁴⁹ SIMMEL. Georg. Sobre La aventura. In: **Sobre La Aventura**. Ensayos filosóficos. Barcelona: Ediciones Península. 1988. p. 12-13.

⁵⁰ Idem. p. 17-18.

Essa perspectiva e caracterização do aventureiro em muito corrobora a imagem pintada por Paulo Prado, posto que a desconexão latente entre esse indivíduo aventureiro, que se transforma posteriormente em colono, e uma ação sistemática e orgânica diante das terras descobertas, define a formação nacional anárquica e de toda entregue às manifestações de entusiasmos individuais. Segundo Paulo Prado, a entrega dos colonos aos encantos do clima e ao sensualismo das índias da América portuguesa representa o próprio amolecimento das virtudes responsáveis por lançar o português na aventura do além-mar, aproximando-o, dessa forma, tanto da decrepitude européia quanto do primitivismo de sociedades de todo entregues a paixões. O comedimento das paixões e instintos, digno de um país civilizado, é gradativamente enfraquecido pelo contato com povos para os quais a “ausência” total de regras e normas subjetivas de sociabilidade mostra-se como único código. Como nos apontou Pero de Magalhães de Gândavo, seria impossível ouvir palavras como fé, lei e rei, em um lugar onde prevalece o império dos sentidos.⁵¹

A luxúria e a cobiça, segundo o argumento exposto por Paulo Prado em *Retrato do Brasil*, mostram-se como uma espécie de patologia portuguesa proveniente do contato com novas terras. Porém, faz-se necessário dizer que, de acordo com Paulo Prado, o Brasil não foi o hospedeiro de tal *germe da decadência*; representou apenas um ambiente propício para que os sentidos exercessem total domínio sobre os homens. O português teria adquirido essa espécie de vírus da degradação no contato com as Índias, e, a partir de então, carregado consigo esse disseminador dos vícios e das paixões⁵². Senão, vejamos as palavras de Paulo Prado a respeito desse contato pernicioso com as facilidades advindas da ação passiva e da adaptação portuguesa em novas terras:

⁵¹ GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. **A primeira história do Brasil**: história da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. 2. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p. 135.

⁵² Sigo aqui a interessante sugestão do artigo **Cordialidade e Identidade Nacional em Mário de Andrade e Paulo Prado**, de Ricardo Benzaquen de Araújo, onde o autor aponta para uma permanência no argumento de Paulo Prado de um orientalismo cultivado ao longo do século XIX, onde o Oriente, mais especificamente a Índia, figura como contraponto de uma racionalidade ocidental, tornando-se assim, o lugar por excelência das paixões perigosas e desenfreadas. É possível encontrar uma análise mais detalhada sobre a influência do orientalismo para a cultura Ocidental, no trabalho de: SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

“Os indivíduos aos poucos perdiam a dureza da primitiva têmpera. A Índia já os esgotara com os seus encantos e desilusões, dura escola de ferocidade brutal, de cobiça voraz, de luxúria hircina, onde a mocidade portuguesa se ia educando nos vícios e crimes da sedução asiática. (...) Como da Europa do renascimento nos viera o colono primitivo, individualista e anárquico, ávido de gozo e vida livre – veio-nos em seguida o português da governança e da fradaria. Foi o colonizador.”⁵³

Esse desregramento adquirido no Oriente, de acordo com Paulo Prado, aproximava o colonizador português do modo de vida do gentio da América portuguesa, onde as paixões arrebatadoras e avessas às formas de sociabilidade mais modernas e racionalmente organizadas não encontravam oposição, sendo mesmo responsáveis por certa silhueta do que viria a ser o Brasil. Paulo Prado vislumbra uma ruptura ou completa inversão entre o conquistador altivo, moralmente soberbo, e o colono que aqui se fixou, desleixado e de todo contrário à ação sistemática. Um desaconselhável retorno ao estado natural, ditado pelos mais primários e vis instintos – principalmente a luxúria e a cobiça –, assim entende Paulo Prado a ocupação portuguesa do Novo Mundo. A prejudicial mestiçagem, ocorrida em larga escala na colônia, seria somente um segundo passo na direção da degradação completa. O primeiro, como já foi dito, ocorreu no contato com o Oriente, lugar onde o português foi “gafado do germe de decadência”. Assim, parece certo o desaparecimento do português heróico do século XV, “fragueiro, abstêmio, de imaginação ardente, propenso ao misticismo, que criara o tipo perfeito do homem aventureiro, audacioso e sonhador, livre, sem rebuços nem eufemismos de linguagem”.⁵⁴

Desse modo, o que interessa notar é que, segundo o argumento de Paulo Prado, o ápice da aventura portuguesa figurou também como início do declínio e da degeneração de sua própria raça. A entrega dos colonos portugueses aos prazeres encontrados em terras americanas obteve como corolário um intenso processo de mestiçagem impulsionado, sobretudo, pela luxúria. E, durante muito

⁵³ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pg. 137. A utilização de tal citação remonta a argumentação exposta no artigo **Cordialidade e Identidade Nacional em Mário de Andrade e Paulo Prado**, de Ricardo Benzaquen de Araújo.

⁵⁴ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Pg. 137. Paulo Prado cita o mestre Capistrano de Abreu, no entanto, como é comum ao longo do ensaio, não indica de forma clara a referência.

tempo, foi através da questão da mestiçagem que se tentou compreender a história da formação nacional brasileira e, principalmente, a genealogia de suas mazelas. Em fins do século XIX, quando o atraso nacional era justificado pelo intenso processo de mestiçagem vivenciado nos trópicos, a campanha abolicionista trazia para a ordem do dia a discussão sobre as raças formadoras da nação. Os trabalhos de Henry Thomas Buckle e Arthur de Gobineu eram referências importantes para se refletir sobre as influências do clima e da miscigenação na constituição dos povos.⁵⁵

No entanto, é preciso certo cuidado ao se debruçar sobre a idéia de mestiçagem exposta no *Retrato do Brasil*, pois, apesar de recorrer a categorias biológicas de uso corrente no século XIX para referir-se ao produto deste encontro entre povos diferentes, Paulo Prado preocupa-se antes com uma mestiçagem moral, já apontada anteriormente por Capistrano de Abreu⁵⁶, do que com o produto genético resultante da mistura de povos distintos. Paulo Prado chega a concluir em seu ensaio que “todas as raças parecem essencialmente iguais em capacidade mental e adaptação à civilização”⁵⁷, negando dessa forma as teorias que pregavam uma suposta superioridade racial, ainda nos primeiros decênios do século XX. Quanto ao produto genético resultante do encontro entre brancos e índios, ou mesmo entre brancos e negros, diz: “O mestiço brasileiro tem fornecido indubitavelmente à comunidade exemplares notáveis de inteligência, de cultura, de valor moral”.⁵⁸

A grande questão que se apresenta então para Paulo Prado remonta aos problemas culturais e morais advindos da transposição do negro de sua terra de origem e sua inserção no Brasil através da escravidão. A preocupação central do autor extrapola o elemento étnico; assenta raízes nos malefícios causados pela tutela do branco exercida sobre o negro africano. O problema da formação nacional está em grande parte identificado no sistema escravista do qual emergiu a sociedade brasileira e no ambiente febril e moralmente corrupto em que se

⁵⁵ SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; ver também: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁵⁶ ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**, 1500-1800. São Paulo: Publifolha, 2000.

⁵⁷ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Pg. 191.

⁵⁸ Idem. Pg. 193.

configurou a colonização portuguesa no Brasil.⁵⁹ Ouçamos Paulo Prado sobre os malefícios culturais da escravidão:

“Na promiscuidade do convívio, verifica-se que a escravidão foi sempre a imoralidade, a preguiça, o desprezo da dignidade humana, a incultura, o vício protegido pela lei, o desleixo nos costumes, o desperdício, a imprevidência, a subserviência ao chicote, o beija-mão ao poderoso – todas as falhas que constituíram o que um publicista chamou a filosofia da senzala, em maior ou menor escala latente nas profundezas inconfessáveis do caráter nacional”.⁶⁰

Esse ambiente dominado por imoralidade, preguiça, desperdício e imprevidência, ou seja, por uma gama de vícios e paixões, configura um traço marcante do caráter nacional que perdura desde o início da colonização. Se as influências étnicas oriundas da inserção do negro na sociedade ainda não podem ser medidas com a imparcialidade desejada, ou mesmo se possuem importância secundária, parece certo que a herança nefasta causada pela escravidão mostra-se como um dos frágeis pilares de sustentação da sociedade brasileira. Pode-se responsabilizar a escravidão por ser um dos grandes centros irradiadores da luxúria e da cobiça na formação da sociedade brasileira:

“Na Colônia o fator africano não se isolou ao dar-se a fusão dos elementos de povoamento. Ao contrário. Assim como o braço negro substituiu o trabalho indígena, sensivelmente inferior ao africano, do mesmo modo a negra, mais afetuosa e submissa, tomou no gineceu do colono o lugar da índia. A hiperestesia sexual que vimos no correr deste ensaio ser traço tão peculiar ao desenvolvimento étnico da nossa terra, evitou a segregação do elemento africano, como se deu nos estados Unidos, dominados pelos preconceitos das

⁵⁹ Paulo Prado em seu ensaio mostra-se bastante influenciado por concepções biológicas, recorrentes as explicações do atraso nacional do século XIX, no entanto, parece relativizar tais argumentos, por carecerem de comprovação, e apontar com maior importância para aquela filosofia das senzalas como marca preponderante da presença do elemento negro na formação nacional. Vale relembrar, que tal relativização pode ser mais bem identificada se compararmos o capítulo da *Luxúria* com seu *Post-Scriptum*. Tal imagem da formação histórica nacional muito se aproxima daquela composta anos mais tarde por Gilberto Freyre, sendo correto reforçar tais laços, posto que o ensaio de Paulo Prado em muito influenciou o trabalho de Gilberto Freyre, mais especificamente a reflexão desenvolvida em *Casa-Grande & Senzala*.

⁶⁰ Idem. Pg. 194-195.

antipatias raciais. Aqui a luxúria e o desleixo social aproximaram e reuniram as raças. Nada e ninguém repeliu o novo fluxo de sangue. Salvo uma ou outra objeção aristocrática, que já não existe, o amálgama se fez livremente, pelos acasos sexuais dos ajuntamentos, sem nenhuma repugnância física ou moral. Repetiu-se o que já acontecera com o índio cruzado com o europeu adventício na poliginia dos primitivos povoamentos. Pelo contrário, tornou-se lendária a sedução da negra e da mulata para o colono português”.⁶¹

A construção de uma sociedade impulsionada pela luxúria e pela cobiça, segundo Paulo Prado, nos permite avançar na caracterização do brasileiro como um povo triste. Posto que é justamente por conta daqueles vícios de origem que se configura a gênese de um povo triste e melancólico, sugerido em grande parte pelo ambiente desorganizado e centrado nos impulsos individuais no qual se deu a colonização portuguesa. De acordo com Paulo Prado, o que prevaleceu nos primeiros séculos da sociedade brasileira foi um ambiente anárquico e sem regras, de todo propício à proliferação dos vícios. Vejamos suas palavras sobre a gênese da tristeza nacional:

“Desde os tempos primeiros – observa Capistrano – a família brasileira teve como sustentáculo uma tripeça imutável: pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados. Nesse ambiente se desenvolvia a tristeza do mamaluco, do mazombo, do reinol, abafado na atmosfera pesada da Colônia. O português transplantado só pensava na pátria d’além-mar. O Brasil era um degredo ou um purgatório”.⁶²

Dessa maneira, um dos fatores que confirma esse ambiente social dominado pelos vícios e pelo vazio de qualidades morais elevadas é a chamada mentalidade transoceânica⁶³ – mais uma referência ao trabalho de Capistrano de Abreu –, característica dominante no colono português e que se entende pela vontade do europeu de gozar as riquezas conquistadas em solo brasileiro em sua pátria de origem, e o conseqüente desapego do colono com a terra. Assim, o sentimento de exílio vivenciado pelos colonos, em sua maioria, só veio a

⁶¹ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 189-90.

⁶² Idem. p. 145.

⁶³ ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**, 1500-1800. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 97.

contribuir para uma vida vazia e monótona que beneficiou a sedimentação da tristeza no povo brasileiro. O gosto pela riqueza fácil, a entrega aos prazeres da luxúria e a sensação de exílio experimentada pelos colonos portugueses representam o início da tristeza e melancolia brasileira, que não seriam superadas com o passar dos séculos. A sensação de desterro dos colonos imprime em seu espírito a apatia que irá dominar os primeiros séculos da colonização.

Pode-se dizer, então, que aqui reside um dos pontos centrais da análise de Paulo Prado, no qual ele lança um olhar de reprovação sobre a herança adquirida pelas gerações posteriores ao primeiro contato do português com o germe da luxúria, da cobiça e da prostração passiva diante do mundo – malefícios da corrupção moral proveniente de uma frouxa e desleixada adaptação às terras conquistadas. A herança cultural, política e social legada pela colonização mostram-se como grande responsável pelos problemas nacionais. A tentativa de atualização do pensamento brasileiro, engendrada por Paulo Prado, pressupõe um distanciamento do modelo colonial, tendo em vista a constatação dos malefícios advindos do processo colonizador português. Assim, fez-se necessário uma comparação com um modelo de colonização alternativo e supostamente mais saudável para o desenvolvimento espiritual e político da sociedade, um modelo que gerasse uma imagem invertida. Com tal intuito, Paulo Prado, em *Retrato do Brasil*, contrapõe o ambiente febril e descontrolado da colonização portuguesa com aquele encontrado na colonização psicologicamente centrada dos puritanos da América do Norte. De acordo com o nosso autor, a colonização puritana destaca-se em eficácia moral por conta de sua extrema racionalidade coletiva, por uma ética responsável por construir um senso de grupo essencial para a constituição de uma sociedade modernamente organizada. Diz Paulo Prado no *Post-Scriptum de Retrato do Brasil*:

“Sugerimos nestas páginas o vinco secular que deixaram na psique nacional os desmandos da luxúria e da cobiça, e em seguida, na sociedade já constituída, os desvarios do mal romântico. Esses influxos desenvolveram-se no desenfreamento do mais anárquico e desordenado individualismo, desde a vida isolada e triste do colono que aqui aportava, até as lamúrias egoístas dos poetas enamorados e infelizes. Como reagente nos faltaram, na nossa crise de assimilação, o elemento

religioso, a resistência puritana da Nova Inglaterra, a hierarquia social dos velhos pioneiros americanos, o instinto de colaboração coletiva”.⁶⁴

Paulo Prado define a ação portuguesa no Novo Mundo, em oposição à experiência puritana, como altamente desorganizada, anárquica, caótica e entregue, irrestritamente, aos impulsos individuais, o que deixou cicatrizes indelével na formação nacional. E é justamente essa disposição anárquica e individualista, alheia a qualquer *instinto de colaboração coletiva*, que se tornará responsável pela diferença entre os americanos do norte e do sul. Dessa forma, esse desolador ambiente traçado por Paulo Prado – que terá como principal corolário a melancolia do brasileiro – abre caminho para sua constatação epigráfica: “viveram tristes, numa terra radiosa”. O indivíduo heróico e aventureiro metamorfoseia-se em um ser melancolicamente apático e avesso às iniciativas mais sistemáticas e continuadas de ação na colônia. O inesgotável afã por descobrir a riqueza de gozo fácil e irrestrito, assim como a postura subserviente ao sensualismo latente das novas terras, figura como diapasão do melancólico colono português.⁶⁵

A religiosidade, de acordo com Paulo Prado, parece ter contribuído de forma decisiva para a diferenciação dos modelos de colonização da América do norte e do sul. De acordo com tal distinção, o catolicismo brasileiro não foi capaz de engendrar uma ação racional e orientada, enquanto o puritanismo inglês introduziu uma espiritualidade elevada na América do Norte, responsável por uma moralidade e por um espírito coletivo inexistente na zona tropical da América. Enquanto os protestantes almejavam construir com suas próprias mãos e esforços um paraíso na terra, os católicos buscavam encontrá-lo em terras distantes e

⁶⁴ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Pg. 196.

⁶⁵ A melancolia, da maneira como é tratada por Paulo Prado, não se apresenta na sua forma clássica como oscilação intermitente de humores, mas sim como uma espécie de patologia social proveniente “dos abusos venéreos [...] dos que vivem na idéia fixa do enriquecimento – no aborto sem finalidade dessas paixões insaciáveis – são vincos fundos na nossa psique racial, paixões que não conhecem exceções no limitado viver instintivo do homem, mas aqui se desenvolveram de uma origem patogênica provocada sem dúvida pela ausência de sentimentos afetivos de ordem superior. Foi na exaltação desses instintos que se formou a atmosfera especial em que nasceu, viveu e proliferou o habitante da Colônia”. PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Pg. 141. Sobre a melancolia ver também: PIGEAUD, Jackie. Apresentação. In: ARISTÓTELES, **O homem de gênio e a melancolia**: problema XXX,I. Rio de Janeiro. Lacerda Editores, 1998.

ignotas.⁶⁶ Talvez esta seja uma questão importante e recorrente no pensamento social brasileiro: a diferença fundamental entre as práticas religiosas de cunho protestante e católico.

Sobre essa diferenciação anunciada e de grande valor para compreendermos o jogo de imagens sugerido por Paulo Prado, mostra-se inevitável recorrer ao livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, de Max Weber. Sua sociologia da religião anuncia que a ação prática do protestante, sempre em nome da glória de Deus, diferencia-se do medo e da prostração católica diante dos desígnios do Senhor, assim como de sua permanente possibilidade de arrependimento e penitência. Vejamos esse argumento na dicção do próprio autor:

“O desencantamento do mundo: a eliminação da magia como forma de salvação, não foi realizado na piedade católica com as mesmas conseqüências que na religiosidade puritana (e, antes dela, somente na judaica). O católico tinha à sua disposição a graça sacramental de sua Igreja como meio de compensar a própria insuficiência: o padre era um mago que opera o milagre da transubstanciação e em cujas mãos estava depositado o poder das chaves. Podia-se recorrer a ele em arrependimento e penitência, que ele ministrava expiação, esperança da graça, certeza do perdão e dessa forma ensejava a descarga daquela tensão enorme, na qual era destino inescapável e implacável do calvinista viver. Para este não havia consolações amigáveis e humanas, nem lhe era dado esperar reparar momentos de fraqueza e leviandade com redobrada boa vontade em outras horas, como o católico e também o luterano. O Deus calvinista exigia dos seus, não “boas obras” isoladas, mas uma santificação pelas obras erigidas em sistema. Nem pensar no vaivém católico e autenticamente humano entre pecado, arrependimento, penitência, alívio e, de novo, pecado, nem pensar naquela espécie de saldo da vida inteira a ser quitado seja por penas temporais seja por intermédio da graça eclesial”.⁶⁷

A religiosidade, então, passa a ser um centro de inteligibilidade indispensável para a compreensão das formações sociais americanas, posto que

⁶⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1996; e do mesmo autor: **Raízes do Brasil**. Ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁶⁷ WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 106-107.

engendra uma forma específica de estar no mundo, uma racionalidade singular e responsável pela construção social. É não somente uma visão de mundo, mas também um tipo de ação peculiar. Paulo Prado, ao olhar para o modelo norte-americano, enfatiza o valor do puritanismo e, por corolário, ressen-te-se da ausência desse elemento espiritualmente elevado na colonização brasileira.

O afã protestante de conquistar, dobrar ou dominar o mundo de acordo com a vontade de Deus, mostra-se de todo contrário à experiência portuguesa da plasticidade, da adaptação sem traumas em novas paragens e culturas, como também ao caráter aventureiro presente em suas conquistas. O aventureiro português, reconhecidamente influenciado e devedor de uma visão de mundo modelada pelo catolicismo, como já exposto, apresenta-se como o responsável por certo alheamento da vida manifestado cotidianamente; à ação inorgânica frente ao mundo e desvinculada das ações terrenas parece estar no cerne da antítese entre portugueses e ingleses no Novo Mundo. A visão de mundo decorrente do catolicismo, que considerava o mundo como simples passagem, favorece um tipo de conduta aventureira e individualista na formação nacional.⁶⁸

Dessa forma, é necessário retomar o argumento acerca da plasticidade e suas conseqüências no desregramento característico da formação nacional. A ausência de regras externas ao indivíduo, a inexistência de uma ação devotada no mundo, característico do asceticismo protestante, acaba por estimular o surgimento de uma sociedade marcada pela imoralidade, fruto dos impulsos individuais da luxúria e da cobiça. É proveitoso rever a afirmação de que, segundo a perspectiva de Paulo Prado, a travessia do Atlântico representa ascensão e queda do português aventureiro, posto que sua plasticidade, sua capacidade de adequar-se às novas terras, provocará um amolecimento das suas virtudes desbravadoras e heróicas, transformando os colonos que aqui se fixaram em homens tristes e melancólicos. As grandes conquistas portuguesas marcam também seu pecado original, o início de sua degradação – para valer-me da perspectiva jesuítica

⁶⁸ SIMMEL. Georg. Sobre La aventura. In: **Sobre La Aventura**. Ensayos filosóficos. Barcelona: Ediciones Península. 1988. p. 16. Sigo aqui a sugestão exposta por Simmel quando aponta que: “determinadas tendências religiosas parecem favorecer isto [o espírito aventureiro]. Quando se considera nossa trajetória terrena como um mero estágio prévio ao cumprimento da graça eterna, quando se entende que na terra encontramos somente uma hospedagem fugaz e não um lar, nos encontramos evidentemente diante de um matiz peculiar do sentimento geral de que a vida em seu conjunto é uma aventura (...).”

bastante acentuada no argumento de Paulo Prado. Como epílogo da tese sobre a tristeza brasileira, aproveita-se as palavras de Paulo Prado:

“No Brasil a tristeza sucedeu à intensa vida sexual do colono, desviada para as perversões eróticas, e de um fundo acentuadamente atávico. Por sua vez a cobiça é uma entidade mórbida, uma doença do espírito, com seus sintomas, suas causas e evolução. Pode absorver toda a energia psíquica, sem remédios para o seu desenvolvimento, sem cura para os males. Entre nós, por séculos, foi paixão insatisfeita, convertida em idéia fixa pela própria decepção que a seguia. Absorveu toda a atividade dinâmica do colono aventureiro, sem que nunca lhe desse a saciedade da riqueza ou a simples tranquilidade da meta atingida. No anseio da procura afanosa, na desilusão do ouro, esse sentimento é também melancólico, pela inutilidade do esforço e pelo ressaibo da desilusão”.⁶⁹

A tristeza advinda da plasticidade, característica dos primeiros colonos portugueses em terras americanas, de acordo com o argumento de Paulo Prado, não se restringe aos primeiros séculos da ocupação territorial. Essa tristeza invade o século XIX, personificado, sobretudo, no Romantismo brasileiro. Paulo Prado, ao discorrer sobre a nociva formação nacional, anuncia: “Nesse organismo precocemente depauperado, exposto às mais variadas influências mesológicas e étnicas, ao começar o século da independência, manifestou-se, como uma doença, o mal romântico.”⁷⁰

O romantismo, de acordo com a síntese proposta por Paulo Prado, representa um resquício espiritual daquele individualismo anárquico da colônia. Sua visão um tanto quanto deturpada e, pode-se dizer, até caricata do romantismo, deve ser encarada como estratégia intelectual, visto que seu intuito precisa ser compreendido como uma tentativa sistemática de descaracterizar toda e qualquer manifestação literária anterior ao modernismo. Nesse sentido, o romantismo, como outros males do passado, deve ser superado. Paulo Prado aponta justamente as permanências como portas de entrada para a melancolia e solidão romântica:

⁶⁹ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Pg. 141-142.

⁷⁰ Idem. p. 164.

“O desequilíbrio das inteligências representava as incertezas sociais e políticas do momento histórico. O século XVIII no Brasil Colônia tinha sido o prolongamento da indigência intelectual da Metrópole. A escravidão agravava com a sua ação deletéria a prematura senilidade que aparentavam os grandes centros populosos. Pelos sertões tinham desaparecido as tradições seculares que promoveram, no período heróico, a descoberta, o povoamento e a exploração do país. São Paulo dormia ainda o sono de hibernação sob o domínio dos governadores fidalgos. Minas era um deserto de ruínas, onde se refugiara o latinório dos administradores obsoletos, um ou outro vestígio de cultura própria de gente que fora rica, e o arcadismo português dos poetas da Inconfidência. O Nordeste vivia isolado no seu pastoreio. Para o interior profundo do país se refazia o deserto, já sem pioneiros”.⁷¹

Dessa forma, o romantismo, além de exemplificar o hiperbólico individualismo nacional, demonstra todo o vazio da inteligência brasileira, que pensa e age através de modelos europeus. Porém, essas idéias, ao serem transferidas para o Brasil, perdem sua vivacidade, encontram um ambiente de todo estranho aquele onde foram gestadas. Essa importação, segundo Paulo Prado, mostra-se extremamente prejudicial e dissociada da realidade nacional, sendo a alienação romântica ou mesmo o vazio e subjetivismo exagerado representantes dos principais males para o país. A própria política nacional, questão central na trajetória intelectual de Paulo Prado, parece infestada por esse pensamento:

“Em política – na que é feita de boa-fé – domina o país o mesmo liberalismo palavroso da nossa origem romântica, desde a Constituição Imperial, O Ato Adicional, o Parlamentarismo até o pacto fundamental da república. A arte de governar tem sido um habilidoso discursar em que sempre reaparecem, com outras roupagens, as velhas idéias de Hugo, de Michelet e de Quinet. Declarações, por sua própria natureza sisudas e ponderadas, tomam a aparência dos piores desvarios do romantismo”.⁷²

Por conseguinte, talvez a melhor maneira de se compreender essa extensão do romantismo na vida política nacional, esse peculiar olhar de Paulo Prado quanto à urgente necessidade de modernização do país, seja vislumbrar sua

⁷¹ Idem. p. 171-172.

⁷² Idem. p. 179.

análise por intermédio das suas freqüentes críticas a estrutura política nacional. Como homem pragmático e de negócios, Paulo Prado divisou sempre o grave problema da administração pública no Brasil. A questão política afligia-o da mesma forma que a do atraso intelectual, ambas sendo conseqüências de uma mentalidade doura e repleta de vícios e excessos herdados da colonização. Segundo Paulo Prado, em editorial da *Revista do Brasil*, do ano de 1924: “Todos esquecem que nesta terra só existe realmente, empolgante e irreduzível, uma única questão – a questão política. Dela decorrem todas as outras, como as criaram o romantismo da monarquia e o arrivismo da república”.⁷³ A política demonstrava, de forma visível, os malefícios das importações e imitações despropositadas de modelos e sistemas europeus, assim como de uma continuidade nociva da mentalidade que se remete ao passado colonial. “Começamos em literatura a pensar em francês, e os nossos políticos brincavam de parlamentares ingleses sob o olhar sonhador do monarca, também romanticamente “liberal do Porto””.⁷⁴ Para Paulo Prado, o liberalismo no Brasil não passou de um equívoco trágico; manteve-se na superfície da sociedade como um adorno da elite ou um ostensivo anel de bacharel. A retórica soberba e vazia caracterizava os principais homens públicos do Brasil, pois em frases de efeito não há quem se compare ao brasileiro. Tudo é superfície ao longo da história nacional – permanências plácidas do atraso. Em artigo de abril de 1924, Paulo Prado ataca essa superficialidade em editorial da *Revista do Brasil*:

“A literatura tudo invadiu, tudo vicia e tudo deturpa. Leiam-se as listas das recentes edições: nada mais instrutivo para a exata compreensão da mentalidade brasileira. Numa época de realizações práticas, somos um povo essencialmente literário. Apenas sabemos ler e escrever, e em aritmética só alguns vão além dos cinco algarismo do indígena primitivo, mas poucos como nós sabem vibrar a frase sonora e nela encaixar com habilidade a imagem rara, a citação impressionante e o epíteto rebuscado. Literatura. Padre Vieira. Rui Barbosa.”⁷⁵

⁷³ PRADO, Paulo. República da Camaradagem. In: PRADO, Paulo. **Paulística etc.** 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 257.

⁷⁴ Idem. p. 273.

⁷⁵ Idem. p. 383.

A literatura, aqui, possui um caráter pejorativo, no sentido mesmo de superficialidade e fuga da realidade, não sendo capaz, portanto, de atingir ou perceber os traços característicos da brasilidade. A retórica figura como herança colonial e perdura desde o padre Vieira até Rui Barbosa, soberbos oradores que, no artigo supracitado, representam uma espécie de síntese de um pensamento nacional que encontra no conhecimento um adorno de classe, uma nova forma de distinção. O bacharelismo representa um mal ainda não superado, posto que desde a colônia até a jovem República, a palavra oca permanece como sinal premente do atraso brasileiro e de sua superficialidade política e cultural. Nesse estado de coisas, o Brasil torna-se imperfeito simulacro da Europa.

A impaciência com relação ao atraso das mudanças, aliada à percepção da manutenção das estruturas antigas, mesmo em momentos de suposto progresso, conduz Paulo Prado à seguinte afirmação: “Tivemos desse jeito a Independência, a Abdicação, o Ato Adicional, a Maioridade, a Guerra do Paraguai, a Abolição, a República, a Revolução. A cada uma delas sucede, porém, o que Silvio Romero chamava, no ritmo da vida nacional, “o processo de desilusão””.⁷⁶

O trecho acima permite uma visão clara das bases do argumento de Paulo Prado. A tristeza brasileira possui um *fundo acentuadamente atávico*, pois possibilitada pelo desregramento dos colonos portugueses. Representa uma herança proveniente dos primeiros séculos da colonização, mas que, no entanto, tem seus ecos sentidos ainda nos primeiros decênios do século XX. Essa descoberta no passado dos males contemporâneos, de acordo com o argumento aqui proposto, permite uma aproximação de *Retrato do Brasil* com os esforços de re-descoberta do Brasil, com uma necessidade de inovação característica dos autores comprometidos com a superação de um atraso político, literário e, sobretudo, espiritual da nação. É o reconhecimento dessa *doença do espírito* brasileiro que permite que o autor se aproxime de um projeto de superação do atavismo que estorva o desenvolvimento do país, iniciado em fins do século XIX e intensificado nos anos vinte do século seguinte.

Através de uma releitura extremamente crítica do passado colonial, Paulo Prado oferece novo encaminhamento da proposta de superação dos vícios da luxúria e da cobiça, do individualismo espiritual do romantismo e da melancolia

⁷⁶ Idem. p. 291.

resultante dessa frágil e febril sociedade. A crítica à tristeza brasileira pode figurar como alerta contra a apatia e a idealização ufanista da história nacional. A original perspectiva do passado brasileiro, empreendida por Paulo Prado em *Retrato do Brasil*, além de engendrar uma ação intelectual direcionada à mudança, representa um importante exemplo de uma consciência nacional realmente criadora.